

Superior Tribunal de Justiça  
Presidência  
Ministro Edson Vidigal



*Relatório de  
Atividades  
2004*

Superior Tribunal de Justiça  
Presidência  
Ministro Edson Vidigal



*Relatório de  
Atividades  
2004*

---

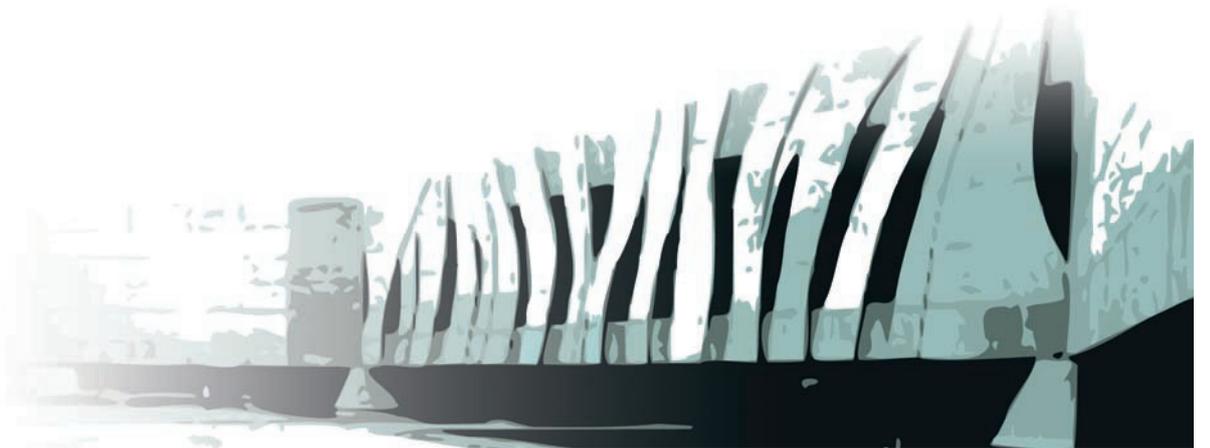
Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ).  
Relatório de atividades 2004 / Superior Tribunal de  
Justiça, Presidência. -- Brasília : STJ, 2005.  
100 p. : il.

1. Relatório. 2. Tribunal Superior, relatório, Brasil. 3.  
Tribunal Superior, atividades, Brasil. 4. Tribunal Superior,  
Brasil. I. Título.

CDU 347.992(81)(047)

---

# *Galeria dos Ministros*





Ministro  
Edson Carvalho Vidigal  
Presidente

Ministro  
Sálvio de Figueiredo Teixeira  
Vice-Presidente



Ministro  
Antônio de Pádua Ribeiro

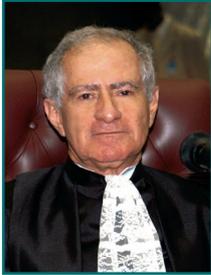
Ministro  
Nilson Vital Naves



Ministro  
Raphael de Barros Monteiro Filho

Ministro  
Francisco Peçanha Martins





Ministro  
Humberto Gomes de Barros



Ministro  
Francisco Cesar Asfor Rocha



Ministro  
Ari Pargendler



Ministro  
José Augusto Delgado



Ministro  
José Arnaldo da Fonseca



Ministro  
Fernando Gonçalves



Ministro  
Carlos Alberto Menezes Direito



Ministro  
Felix Fischer



Ministro  
Aldir Guimarães Passarinho Junior



Ministro  
Gilson Langaro Dipp



Ministro  
Hamilton Carvalho



Ministro  
Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini



**Ministra**  
**Eliana Calmon Alves**



**Ministro**  
**Paulo Benjamin Fragoso Gallotti**



**Ministro**  
**Francisco Cândido de Melo Falcão Neto**



**Ministro**  
**Domingos Franciulli Netto**



**Ministra**  
**Fátima Nancy Andrighi**



**Ministro**  
**Sebastião de Oliveira Castro Filho**



**Ministra  
Laurita Hilário Vaz**



**Ministro  
Paulo Geraldo de Oliveira Medina**



**Ministro  
Luiz Fux**



**Ministro  
João Otávio de Noronha**



**Ministro  
Teori Albino Zavascki**



**Ministro  
José de Castro Meira**



**Ministra  
Denise Martins Arruda**



**Ministro  
H\u00e9lio Quaglia Barbosa**



**Ministro  
Arnaldo Esteves Lima**





# Sumário

## *Discurso do Ministro Edson Vidigal*

Primeira sessão da Corte Especial em 2005 .....i

## *Principais Realizações*

### *Atividade Judicante ..... 11*

Três distribuições e dois turnos de trabalho ..... 11  
Estoque zero na distribuição de processos..... 11  
Nova estrutura da Secretaria Judiciária ..... 12  
Melhoria da distribuição, autuação e classificação..... 13  
Mutirões da Corte Especial ..... 14  
Melhor estrutura na administração dos Gabinetes dos Ministros..... 15

### *Modernização Tecnológica..... 17*

Certificação Digital, ponto de partida ..... 17  
Decisões e Julgados *on-line*..... 18  
Decisões monocráticas *on-line*..... 18  
Diário da Justiça *on-line* ..... 19  
Distribuição remota ..... 20  
Banco de Horas ..... 20  
Integração com os Tribunais Regionais Federais ..... 21  
Malote Digital ..... 21  
Sessões de julgamento ao vivo na intranet ..... 22  
Catálogo de Questões Jurídicas ..... 22  
Corte Virtual ..... 23  
Certidão de andamento processual *on-line* ..... 23  
Intimações *on-line*..... 23  
Páginas pessoais dos Ministros na internet..... 24  
Consórcio BDJur, rede de informações digitais do Judiciário ..... 24  
Gerenciamento eletrônico de documentos ..... 25  
Segurança da Informação ..... 25

<i>Ações relevantes</i> .....	29
Ouvir com atenção os funcionários .....	29
Fale com o Presidente, escreva para o Presidente .....	29
Ouvidoria-Geral, linha direta com o cidadão .....	30
Reivindicação antiga, enfim atendida .....	31
Previdência Complementar .....	32
Guia do Advogado .....	33
Comunicação Social, nova política e nova estrutura .....	34
Conselho da Justiça Federal, portas abertas e sessões fora de Brasília ...	35

<i>Recursos Humanos</i> .....	39
Política de Gestão de Pessoas .....	39
Nova administração, mudanças estruturais .....	39
Posse de novos funcionários concursados .....	40
Perfil adequado de pessoal .....	41
Nova tabela de lotação de cargos .....	41
Plano de carreira do Poder Judiciário .....	41
Análise de Potencial e Orientação para a Carreira.....	42
Mais informações para os servidores.....	43
Gestão por Competências .....	43
Mudanças na avaliação dos servidores .....	44
Qualidade de Vida .....	44
Comprometimento social do STJ .....	45

## *Anexos*

Gabinete da Presidência .....	49
Secretaria do Gabinete .....	49
Secretaria Judiciária.....	50
Secretaria de Jurisprudência .....	56
Assessoria de Assuntos Parlamentares .....	63
Assessoria de Relações Internacionais .....	65
Planejamento Estratégico .....	72





# *Discurso do Ministro Edson Vidigal*



foto: Jorge Campos

## *Primeira sessão da Corte Especial em 2005*

Brasília, 1º de fevereiro de 2005.

Senhoras Ministras, Senhores Ministros,

Na forma regimental, devo fazer um resumo das atividades de 2004, cuja cópia fiz distribuir a V. Exas.

Relatório de Atividades de 2004: Agilidade e Transparência. Vinte Anos em Dois.

Os dois lemas lançados no início desta Administração, que poderiam parecer barreiras difíceis de ultrapassar, na verdade, ainda são um sonho e um grande desafio aos servidores empenhados no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, na luta contínua para escapar das armadilhas da morosidade e atentos aos apelos da sociedade brasileira, sempre carente de Justiça.

Se não avançamos uma década no ano de 2004, é com orgulho que constatamos estar bem próximos das metas traçadas.

Um dos exemplos mais significativos foi o de eliminar, em apenas quatro meses de trabalho, o atraso de 45 mil processos, estoque que se acumulava desde o ano de 1997.

De janeiro a dezembro de 2004, atingiu-se a marca de 241.309 processos julgados, registrando-se o crescimento expressivo de 11% em relação a 2003, quando foram julgados 216.999 feitos.

Em 2004, a média de processos por relator aumentou 10%. Cada relator julgou em média 8.452 processos no ano que passou. Em 2003, haviam sido 7.689 processos por relator. Ou seja, mais 763 por relator em 2004.

A eliminação do estoque de 45 mil processos, uma tarefa muito bem-sucedida graças ao empenho, ao espírito público de toda a nossa equipe e de todos os nossos servidores, comprova que, empregando-se criatividade, dedicação e vontade de fazer, não há obstáculos intransponíveis ou feitos milagrosos. Simplesmente dá para fazer.

A implantação de dois turnos de trabalho e as três distribuições diárias de processos, com a inovação da distribuição remota de qualquer ponto do planeta por meio eletrônico, formam um conjunto de ações que contribuíram, entre outras medidas, para aumentar em 11% a produtividade do Superior Tribunal de Justiça.

No índice geral de resultados, conseguimos realizar 90% das metas traçadas no nosso Planejamento Estratégico.

No treinamento de servidores, somente em 2004, atingiu-se a média de 30 horas per capita. Em consequência, houve uma melhoria de 79% no desempenho do pessoal treinado.

O servidor foi ouvido. As portas do gabinete do presidente permaneceram abertas. Criamos o serviço “Fale com o presidente”, em que este passou a responder pessoalmente a todas as demandas apresentadas pelos servidores via intranet e também o serviço “Cartas ao presidente”, em que qualquer cidadão de qualquer parte do País se dirige ao presidente, que responde também pessoalmente. O último acesso a essa página registrava mais de 10 mil comparecimentos no site do STJ.

A criação da Ouvidoria-Geral abriu um novo canal de comunicação com a sociedade, antecipando, portanto, a própria reforma do Judiciário, que, agora, já impõe a existência dessas ouvidorias.

No período de junho a 31 de dezembro, a Ouvidoria recebeu 5.697 manifestações, média de 949 por mês. Pouco mais da metade das consultas, 55,01%, referiu-se especificamente ao STJ. O restante, 44,99%, destinava-se aos mais diversos órgãos públicos. A maior procura é do público em geral (3.206 manifestações), seguida de advogados (1.331) e de partes interessadas em processos (982).

Na busca da eficiência em todos os projetos implantados na atual gestão, investiu-se não apenas em recursos humanos, mas também nos orçamentários. Os resultados são expressivos em razão, inclusive, das economias que fizemos com medidas administrativas restritivas de algumas despesas. Do orçamento de R\$ 461.653.008,00 foram aplicados 99,5%, economizando-se 5,49%. Esse dinheiro foi reaplicado em outros setores e atividades do STJ. Traçou-se a meta de buscar 5% de incremento de recursos da União, mas foram alcançados muito mais, 6,99%, ao final do exercício de 2004.

O Primeiro Encontro sobre Reforma Judiciária na América do Sul, em Brasília, realizado nos dias 25 e 26 de novembro e organizado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, significou mais uma etapa importante da presença do Superior Tribunal de Justiça no cenário jurídico internacional, especialmente na comunidade de países ibero-americanos.

O evento é um marco histórico, o ponto de partida para a formação de um bloco do Poder Judiciário sul-americano, trabalho que vem sendo paulatinamente construído por este Tribunal desde 2002, quando ainda ocupava a Vice-Presidência, sob a gestão do sr. ministro Nilson Naves. Por essa razão, foi criado um setor específico no Gabinete da Presidência, a Assessoria de Relações Internacionais, que apóia as atividades internacionais do Superior Tribunal de Justiça.

Por último, mas não menos importante, a melhoria da percepção da sociedade espelha-se nos meios de comunicação de todo o País, que hoje já conhece muito bem o Superior Tribunal de Justiça: a que veio, para que serve e o que está fazendo. É de 99% o índice de notícias positivas ou neutras em toda a mídia nacional, segundo o controle que é feito diariamente por meio de um robô de busca que temos a nosso serviço, com toda a mídia impressa a respeito do Superior Tribunal de Justiça, dos srs. ministros e desta Presidência.

Assim, é com muita alegria, com muita honra, com muita satisfação que registramos este resumo das atividades para enfatizar que tudo foi possível graças ao apoio das sras. ministras, dos srs. ministros, à compreensão do Poder Executivo e à dedicada e efetiva colaboração do Poder Legislativo na ação em que estamos praticando mais a harmonia, porque a independência há de ser praticada pelos relatores na jurisdição. Estamos conseguindo fazer com que o Superior Tribunal de Justiça se afirme no concerto das cortes do nosso continente sul-americano.

Muito obrigado.

**Edson Vidigal**  
Presidente, 2004/2006



## Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça

### Seção II

#### Das Atribuições do Presidente

Art. 21. São atribuições do Presidente:

XXX - apresentar ao Tribunal, no mês de fevereiro, relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano decorrido, bem como mapas dos julgados.



# *Principais Realizações*





## *Atividade Judicante*

### *Três distribuições e dois turnos de trabalho*

Duas decisões adotadas pelo presidente Edson Vidigal causaram impacto e tiveram conseqüência imediata para a melhoria do funcionamento do Superior Tribunal de Justiça:

- 1) criação de dois turnos de trabalho;
- 2) três distribuições diárias de processos.

O STJ inicia o expediente às 7h, o atendimento ao público a partir das 7h30 e encerra às 20h. O atendimento ao público termina às 19h30.

Os processos são distribuídos às 10h, às 14h e às 18h.

### *Estoque zero na distribuição de processos*

Havia um acúmulo de 45 mil processos sem distribuição. Era o indesejável ‘estoque de processos’ do STJ. Em apenas quatro meses de trabalho, encerrou-se o ano de 2004 sem nenhum processo no ‘estoque’. Mais significativo ainda é que a distribuição está em dia.

Foi uma evolução singular. O número de processos não se reduzia desde 1997. Ao contrário, só crescia com o aumento da demanda no Poder Judiciário

Quando o processo chega, no mesmo dia é registrado, em seguida é autuado, classificado e distribuído ao Gabinete do Ministro.

Foi atingida a meta de realizar esse trabalho em 48 horas, no máximo.

Em 2004, foram recebidos 165.594 processos e autuados 197.441, sendo distribuídos nada menos que 242.011, incluindo-se, nesse cômputo, os redistribuídos e atribuídos.

De janeiro a dezembro, foram efetuados 241.309 julgamentos.

### *Nova estrutura da Secretaria Judiciária*

Na estrutura atual do STJ, a Secretaria Judiciária vincula-se ao Gabinete da Presidência. É sua função apoiar a atividade judicante, preparando o processo para julgamento, dando cumprimento aos despachos, acompanhando e registrando o trâmite processual e prestando informações aos usuários para que seja bem exercida a prestação jurisdicional.

A Secretaria abrange dez Coordenadorias de Órgãos Julgadores (seis Turmas, três Seções e a Corte Especial) e três Subsecretarias: Protocolo, Informações Processuais e Expedição; Autuação, Classificação e Encaminhamento; e Taquigrafia. Integram-se ainda à estrutura a Divisão de Execução Judicial e a Seção de Apoio aos Advogados.

Atualmente, um efetivo de 756 servidores, sendo 251 analistas judiciários e 505 técnicos judiciários, trabalha na Secretaria, além de 88 estagiários de níveis médio e superior.

## *Melhoria da distribuição, autuação e classificação*

Na Secretaria Judiciária, a autuação, distribuição e classificação eram unificadas, mas com a divisão da Subsecretaria por área de especialização - autuação, classificação e encaminhamento -, melhorou sensivelmente a tramitação dos processos originários, dos recursos especiais e dos agravos.

Com a descentralização, foi possível adotar uma nova sistemática para imprimir maior agilidade, porque o processo originário era tratado de uma única vez, assim como o recurso especial e o agravo. De fato, no passado, somente havia uma divisão específica para os originários.

A nova sistemática e a distribuição três vezes ao dia foram essenciais para atualizar o massivo volume de processos nos setores de autuação e distribuição.

Importante ressaltar que o procedimento de autuação, classificação e distribuição dos processos de competência originária do STJ manteve sua certificação de acordo com a norma ISO 9001/2000.

O avanço conquistado nessa especialização da Subsecretaria tornará viável a implementação de um novo programa informatizado, mediante o qual serão inseridas mais informações nas capas dos processos.

O projeto está sendo elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações especificamente para a distribuição, autuação e classificação, ou seja, para o aperfeiçoamento do desempenho da Secretaria Judiciária, o que resultará no trabalho mais eficaz e rápido nos Gabinetes dos Ministros.

O objetivo é a melhor classificação a fim de evitar que se abra cada processo para conferir o assunto. Um determinado grupo de processos será trabalhado de uma só vez, de acordo com a nova sistemática de classificação digital.

Por exemplo, hoje, se o processo trata de Previdência Social com base em determinada lei, a tarefa de trabalhar dentro dessa matéria será facilitada. O novo procedimento será implantado no primeiro semestre de 2005.

### *Mutirões da Corte Especial*

Em maio de 2004, na Corte Especial, constavam 131 processos na pauta. Para diminuir esse número, o Presidente Edson Vidigal determinou que a sessão da Corte fosse dividida em dois turnos, de manhã e de tarde. E cada turno também foi dividido em dois períodos.

No primeiro período, julgam-se os processos com preferências regimentais, com advogados presentes, pauta do dia, pedidos de vista e pautas anteriores. No segundo período, julgam-se os processos levados “em mesa”, ou seja, que não são publicados na pauta. O relator, após prepará-los, leva-os a julgamento na sessão seguinte, independentemente de publicação no Diário da Justiça para ciência dos advogados e das partes.

No sistema antigo, a sessão começava pelas preferências regimentais e pauta. Em seguida, o Presidente chamava a julgamento processos de todos os Ministros para que cada um decidisse sobre os atribuídos a eles que constavam da pauta.

A nova organização da pauta propiciou melhor rendimento à Corte Especial. Às vezes, um processo de uma questão simples como a de um agravo regimental, que poderia ser julgado em minutos, esperava um ano ou mais na fila.

A partir de maio de 2004, foram realizadas 26 sessões de julgamento da Corte Especial, sendo 22 ordinárias e quatro extraordinárias. Nos mutirões, 12 sessões ocorreram em período integral, com início às 9h, intervalo para almoço das 12h às 14h e término às 18h.

O presidente Edson Vidigal determinou ainda fosse realizada uma sessão extraordinária apenas para julgamento de processos que são levados “em mesa”, ou seja, independente de publicação da pauta. Essa sessão ocorreu em 25 de outubro, no período das 14h às 17h, quando foram efetuados 122 julgamentos.

No período de maio a dezembro, foram julgados 640 feitos na Corte Especial.

### *Melhor estrutura na administração dos Gabinetes dos Ministros*

A criação do cargo de Chefe-de-Gabinete em sentido estrito finalmente pôde ser concretizada com o objetivo de melhorar o fluxo de trabalho e a administração dos Gabinetes dos Ministros. Na estrutura do Tribunal, existe a figura do Oficial-de-Gabinete, que trabalha especificamente com os processos. Os Ministros se ressentiam de não dispor de um funcionário para administrar o gabinete, visto que o Oficial-de-Gabinete acumulava encargos e tarefas das áreas processual e administrativa. Criou-se, então, o cargo de Chefe-de-Gabinete com a mesma hierarquia do assessor, anteriormente essa função era inferior à dos assessores. Os cargos foram criados para os Gabinetes dos 33 Ministros, para o Gabinete da Revista do STJ, para a Vice-Presidência e Presidência.

O novo cargo reduziu a carência de funcionários nos Gabinetes dos Ministros e fez crescer o número de julgados, tornando mais ágil e fluida a organização interna. Hoje um funcionário graduado administra as tarefas e organiza a programação, o que resulta no aumento da produtividade do julgamento.

Ao mesmo tempo em que se criou o cargo de Chefe-de-Gabinete, foram implementadas 68 novas funções comissionadas de nível 4 (FCs-4), distribuídas entre os Gabinetes e a Secretaria Judiciária. Nos Gabinetes, os novos funcionários trabalham no apoio aos Ministros para elaboração dos processos.



# *Modernização Tecnológica*

## *Certificação Digital, ponto de partida*

Do ponto de vista da Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações, somente é possível implantar agilidade e transparência no STJ com o aperfeiçoamento dos sistemas utilizados internamente e de outros disponíveis para o público em geral. A maioria deles requer a certificação digital para que sejam garantidas a autenticidade, a integridade e a confidencialidade da informação.

O Superior Tribunal de Justiça, em parceria com o Conselho da Justiça Federal e Tribunais Regionais Federais – e, no campo de ação dos TRFs, as Seções Judiciárias –, optou por criar uma Autoridade Certificadora do Sistema da Justiça Federal, a AC-Jus.

O objetivo é fazer uma AC normativa. Só se emitirão certificados para as ACs de nível imediatamente inferior, não se emitindo o certificado final. As ACs subordinadas, sim, o farão. A Caixa Econômica Federal (CEF), o Serpro e a Certsign, uma empresa privada, manifestaram interesse de ser autoridades certificadoras de segundo nível, subordinadas à AC-Jus, assumindo a responsabilidade pela emissão desses certificados.

Com a certificação, um ministro, por exemplo, pode encaminhar um e-mail criptografado para outro ministro, o qual só poderá abri-lo se dispuser do certificado. A segurança e a confiabilidade da informação são totais.

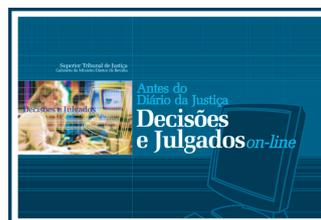
Atualmente existem seis autoridades certificadoras no País: Serpro, CEF, Receita Federal, Certsign, Serasa e Presidência da República. O STJ é o primeiro órgão do Poder Judiciário a propor a criação de uma autoridade certificadora.

O Conselho da Justiça Federal a sediará fisicamente. Em razão da capilaridade do Conselho, torna-se mais fácil a disseminação do sistema de certificação digital por toda a Justiça, em todas as seções e subseções judiciárias do País.

## *Decisões e Julgados on-line*

Em 5 de agosto, o STJ inaugurou os procedimentos para a liberação da decisão e das peças que integram o inteiro teor do acórdão, antes de sua publicação no Diário da Justiça.

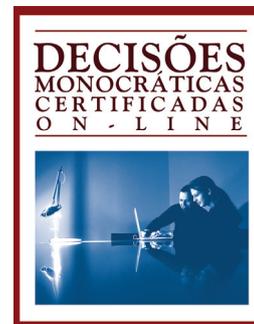
A nova facilidade está disponível no site do STJ. O acesso às informações é imediato, mas não é válido para fins de recurso.



## *Decisões monocráticas on-line*

As decisões monocráticas certificadas, com validade legal, foram disponibilizadas no site do STJ.

Um código numérico autentica a decisão, que pode ser verificada pela internet, o que garante a procedência do documento. Lançado em 25 de novembro, o sistema Decisões Monocráticas On-Line contabilizava, até o final de dezembro, mais de 24 mil consultas.



Com o novo sistema, os advogados ou as partes não precisam comparecer ao Tribunal para obter cópias autenticadas, assim como não é mais necessário dispor de arquivos para cada decisão. Se for o caso, basta tirar uma cópia por meio da internet.

O novo serviço foi desenvolvido com recursos do próprio Gabinete do Ministro Diretor da Revista do STJ e da Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações, sem custo extra para o Tribunal.

Na próxima etapa, a certificação virtual será aplicada em todos os acórdãos do STJ.

### *Diário da Justiça on-line*

O princípio do Diário da Justiça On Line (DJ On-Line) é publicar o documento no site do STJ assim que estiver pronto para ser encaminhado à Imprensa Oficial.

Os sistemas de decisões on-line, monocráticas ou não, e dos acórdãos on-line serão ainda mais proveitosos quando se iniciar a contagem de prazos a partir do instante em que forem divulgados por meio digital.

Atualmente não se conta o prazo, e a publicação válida para os prazos continua sendo a impressão em papel.

A partir do instante que for on-line, certificada digitalmente, a velocidade da operação judicial experimentará um extraordinário salto. Não será mais necessário esperar, no dia seguinte, a publicação impressa para contagem de prazo. A validação desse prazo ainda depende de regulamentação legal.

## *Distribuição remota*

O Presidente Edson Vidigal distribui processos a distância, de qualquer lugar do planeta. Equipado com um notebook no qual foram introduzidos alguns mecanismos para ampliar a segurança, o Presidente acessa a rede do STJ e faz a distribuição.

Em 25 de novembro de 2004, da Espanha, onde participava do Encontro de Informação e Documentação Judicial, o Ministro Cesar Asfor Rocha fez a primeira distribuição do STJ do exterior. Seiscentos e noventa e oito processos foram distribuídos aos Ministros diretamente da Europa. A certificação digital aperfeiçoará ainda mais essa distribuição remota.

## *Banco de Horas*

O Banco de Horas é um sistema interno para controle da frequência, permitindo que os funcionários acumulem ou façam a compensação de horas trabalhadas.

Atualmente, algumas unidades utilizam o sistema GAF (Gestão Automática de Frequência), mas sua segurança é precária. Basta que o funcionário digite o nome do usuário e a senha. Nada impede que um servidor peça a outro que faça o registro da sua frequência. Com a certificação digital, cada funcionário terá uma assinatura digital, exclusiva, mais segura contra a utilização indevida.

Na Secretaria de Recursos Humanos, elaborou-se um cronograma de visitas a entidades públicas que já utilizam a sistemática. O estudo mais detalhado foi feito pelo Tribunal de Contas da União. A partir das visitas e estudos, definiram-se as funcionalidades e características operacionais do sistema.

O aplicativo “Banco de Horas” está sendo desenvolvido e aguarda apenas o início da fase de testes em algumas unidades, para disponibilizá-lo em todo o STJ.

## *Integração com os Tribunais Regionais Federais*

A integração de rede e bases de dados está sendo desenvolvida pelo STJ, Tribunais Regionais Federais e Conselho da Justiça Federal.

Cada Tribunal Regional Federal desenvolveu sistemas processuais próprios, mas que não estão integrados. O Projeto de Integração fará com que todos os tribunais dialoguem de forma mais ágil, sem a necessidade de fazer nenhuma mudança. Atualmente, a transferência de arquivos entre os tribunais é feita via FTP (File Protocol Transfer) ou por e-mail. Será criada uma camada virtual, padronizada, para que todas as instituições que aderirem ao projeto interajam. O novo sistema já está sendo aplicado em caráter experimental pelos Tribunais Regionais Federais.

Na fase atual, o STJ encaminha dados para a Advocacia-Geral da União (AGU), para a Procuradoria-Geral, para o Supremo Tribunal Federal, mas ainda sob o formato FTP ou arquivos no formato txt. O projeto de integração prevê que esses formatos também poderão ser utilizados.

## *Malote Digital*

Quando o processo chega fisicamente ao STJ e um funcionário digita o seu número de origem, os principais dados são acessados, evitando-se trabalhar novamente para incluir informações na base de dados.

No Projeto de Integração, o serviço do malote será estendido aos 27 Tribunais de Justiça.

## *Sessões de julgamento ao vivo na intranet*

Serão instaladas câmeras em todas as salas de julgamento, auditório externo, sala de conferências e eventuais locais de reunião. As câmeras captarão som e imagem para transmissão ao vivo na intranet. Os assessores, por exemplo, poderão acessar a intranet e acompanhar o julgamento que está sendo realizado. Além da transmissão on-line, as imagens serão gravadas num servidor de streamer. Se o funcionário não assistiu à sessão ao vivo, poderá acessá-la em outra ocasião.

Esse projeto será integrado à Subsecretaria de Taquigrafia. O som será segmentado e armazenado em formato digital, eliminando-se a necessidade de identificação e armazenamento de fitas. De sua sala de trabalho, os taquígrafos assistirão à sessão e depois poderão acessar a gravação e preparar o texto. O sistema permite que no futuro as sessões de julgamento sejam transmitidas pela internet.

Não é uma solução pioneira do STJ. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região transmite sessões de julgamento pela intranet e as torna pública na internet. É um sistema do agrado dos operadores da Justiça, que podem assistir remotamente aos julgamentos do seu interesse.

## *Catálogo de Questões Jurídicas*

É um catálogo informatizado contendo questões jurídicas já apreciadas pelos Ministros, interligado à base de jurisprudência do STJ.

O sistema auxilia os Gabinetes dos Ministros na identificação de precedentes, tornando mais ágil a elaboração de decisões.

Trata-se de um instrumento simples. O software foi desenvolvido pela própria equipe de informática do STJ, em parceria com uma Comissão Especial integrada por servidores da Secretaria de Jurisprudência, da Secretaria Judiciária,

do Núcleo de Planejamento Estratégico e dos assessores dos Gabinetes dos Ministros Franciulli Netto e Castro Meira.

### *Corte Virtual*

É um projeto de grande amplitude, que inclui a transmissão das sessões, dotando as salas de mecanismos que permitam, por exemplo, a um Ministro acessar o relatório de outros Ministros antes do julgamento. A circulação de relatórios entre eles já se faz em papel impresso. Na Corte Virtual, utilizando-se a certificação digital, o trânsito de relatórios será mais rápido, em ambiente informatizado com total segurança e confiabilidade.

Na fase atual, segundo o conceito de Corte Virtual, há o catálogo eletrônico e a transmissão das sessões via intranet. Em futuro ainda distante, a Corte Virtual permitirá a participação remota de magistrados nas sessões de julgamento.

### *Certidão de andamento processual on-line*

Mais conhecida pelos usuários como “certidão de pé”, a certidão de andamento processual on-line representa uma importante evolução. Uma certidão hoje é solicitada pessoalmente, com entrega em até três dias. A partir da informatização, esse documento poderá ser obtido, por meio da internet, em segundos. É mais eficaz e rápido para o advogado, mais econômico para as partes.

### *Intimações on-line*

O Sistema Justiça, que integra toda a atividade-fim do Tribunal, permite intimações on-line. Com a certificação digital, seria possível aperfeiçoar ainda

mais as intimações com a garantia de confiabilidade da origem e destino do documento. No entanto a lei determina que as intimações devem ser pessoais. Espera-se por mudanças legais para lançar o projeto.

### *Páginas pessoais dos Ministros na internet*

Foi criada uma página para a Ministra Nancy Andriahi. Ainda não se definiu se essa página servirá de padrão para todos os Ministros, mas cada Gabinete cuidará do gerenciamento do seu próprio site.

### *Consórcio BDJur, rede de informações digitais do Judiciário*

O projeto Consórcio BDJur consta de uma base de dados de informações jurídicas, decisões, votos, artigos e palestras. A partir da Biblioteca Digital do STJ, já instalada em rede, em 17 de dezembro de 2004, o Consórcio BDJur armazenará os repositórios de informação digital da área jurídica, com acesso imediato às jurisprudências e decisões de 141 órgãos associados do Poder Judiciário.



Na primeira etapa, esse acordo está sendo implementado em parceria com os Tribunais Superiores, sediados em Brasília, em razão da facilidade de acesso e da disponibilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do STJ para implantar o pacote de software.

Depois de estudos minuciosos, o Dspace, software livre, foi o programa escolhido para o Consórcio BDJur. Lançado nos Estados Unidos, em 2003, pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), o Dspace hoje atende a mais de 1500 universidades e instituições de ensino na América do Norte, Europa e Ásia. A maioria, nos Estados Unidos e Canadá. Na América do Sul, está sendo utilizado pela

Universidade de São Paulo (USP). Entre as instituições públicas, o STJ é pioneiro ao adotá-lo para armazenar a informação digital.

Atualmente, um advogado que entra no site do STJ pode acessar o link da Biblioteca Digital e o Consórcio BDJur. Ele acessará diretamente a Biblioteca Digital do STJ, assim como um portal onde será possível também pesquisar nas bibliotecas digitais dos órgãos que integrarem o Consórcio.

Na pesquisa inicial, haverá uma lista de todos os documentos sobre o assunto de interesse do advogado - de artigos com texto integral a palestras arquivadas em áudio e vídeo - que conterà três campos: data do documento, títulos em ordem alfabética e autor.

Todos os documentos indexados serão resumidos em português e em inglês. A partir desse resumo, o pesquisador poderá buscar o material na íntegra.

### *Gerenciamento eletrônico de documentos*

Em 2005, ainda no primeiro semestre, estará pronto o Processo Administrativo Virtual, com que se extinguirá a documentação em papel na área administrativa do STJ.

É mais um projeto que depende fundamentalmente da certificação digital para identificar-se com total segurança e confiabilidade quem acessa o sistema e quem trabalha com processos administrativos.

### *Segurança da Informação*

Na prática, o Projeto de Segurança da Informação abrange quase todas as áreas do STJ, por exemplo, o acesso a e-mail e a páginas da intranet. Há em vigor uma política de segurança, que necessita de atualização. Novos critérios e novas definições estão sendo estudados.

O STJ está ampliando a rede lógica com o emprego de novas soluções para suportar o aumento do número de equipamentos e o crescimento do quadro de funcionários. A Segurança da Informação envolve também a aquisição de softwares e hardwares para adequar a capacidade de armazenamento e a criação de uma sala-cofre para instalar os equipamentos, no valor atual de R\$ 10 milhões. Se ocorrer algum imprevisto, a perda será total. No entanto, todos os dados estão gravados em fitas, passíveis de recuperação. Com a sala-cofre pretende-se também evitar o acesso de pessoas não autorizadas.

O Projeto Ambiente de Colaboração, em estudos, prevê a instalação de câmera no computador, permitindo que dois ou mais funcionários dialoguem e trabalhem em locais distantes dentro do STJ, o que também demanda requisitos de segurança para a transmissão de som e imagem. A Segurança da Informação também se integra à implementação da certificação digital.



foto: Orlando Brito



## *Ações relevantes*

### *Ouvir com atenção os funcionários*

Sempre que é procurada, a Presidência do STJ abre a portas do gabinete para ouvir os funcionários, conhecer as demandas, as idéias e o que o servidor pode oferecer para o bem-estar, a melhoria dos métodos de trabalho e o aumento da produtividade.

### *Fale com o Presidente, escreva para o Presidente*

Para abrir canais de comunicação com o público externo e com os servidores do STJ, o Presidente Edson Vidigal criou o “Fale com o Presidente” e o “Cartas ao Presidente”.

O próprio Ministro lê as mensagens e responde, não importa se o teor é um elogio, uma sugestão ou uma crítica. A carta pode ser publicada na íntegra, se isso contribuir para maior clareza e compreensão mais abrangente do tema abordado.

Em “Fale com o Presidente”, o Ministro Edson Vidigal comunica-se diretamente com o servidor do STJ que sugere soluções administrativas. Muitas dessas idéias são aproveitadas e adaptadas de acordo com as possibilidades.

As reclamações e questionamentos com relação aos concursos também são respondidos diretamente pelo Presidente.

Por meio desse canal, veio a sugestão de instalar-se um ponto de ônibus em frente ao STJ. Os servidores e os visitantes não estavam abrigados enquanto esperavam transporte público. O Presidente Edson Vidigal entrou em contato com o Governo do Distrito Federal, pediu providências e o ponto de ônibus foi construído.

No entanto, se alguma solicitação não é viável, não pode ser atendida, o servidor sempre é informado por quê.

## *Ouvidoria-Geral, linha direta com o cidadão*

Antecipando-se às determinações da reforma do Judiciário, a Ouvidoria- Geral foi instalada em 17 de junho de 2004, simultaneamente à inauguração da Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (TCU). O horário de atendimento é contínuo, das 7h30 às 19h.



Desde o início do funcionamento até dezembro, a Ouvidoria-Geral recebeu 5.697 manifestações, média de 949 por mês. Desse total, 55,01% referem-se ao STJ e 44,99% aos mais variados órgãos públicos.

A maior procura é de cidadãos em geral (3.206), seguida dos advogados (1.331) e de partes em processos (892).

Entre os canais que os cidadãos escolheram para entrar em contato com a Ouvidoria-Geral, os mais utilizados foram o formulário eletrônico, com 3.237 manifestações, e o e-mail, com 1.579. O terceiro meio mais usado é o telefone 0800. Em seguida, as cartas, que são mais utilizadas por cidadãos que residem

em cidades menores ou na área rural. Os atendimentos pessoais ocorreram em número extremamente reduzido.

Todas as manifestações são cadastradas e arquivadas em banco de dados digital. Esse cadastramento possibilita consultas e pesquisas por assunto, assim como a verificação de que existem mensagens anteriormente enviadas pelo mesmo remetente.

A maior parte das consultas foi respondida no mesmo dia. Em alguns casos, pela complexidade do tema, ultrapassou-se esse prazo, mas em raras ocasiões os cidadãos aguardaram tempo superior a cinco dias pela resposta.

Para recebimento de resposta da Ouvidoria-Geral, o meio preferido pelo cidadão é o e-mail (4.473 ocorrências), seguido da resposta por telefone (736) e carta (375).

Um dos projetos de melhoria da Ouvidoria-Geral, a ser implantado em 2005, é a pesquisa permanente de opinião e de mensuração do índice de satisfação do usuário.

### *Reivindicação antiga, enfim atendida*

Os quintos constituíam uma vantagem salarial que sempre era incorporada aos proventos do servidor efetivo, ou seja, aquele que ingressou no STJ por concurso e exercia função comissionada. Havia incorporação a cada ano, correspondendo a 1/5 do valor da função comissionada. A vantagem era limitada a 5/5.

A incorporação dos quintos foi interrompida em abril de 1998 por força da Lei nº 9.624/98.

Três anos depois, com a edição da Medida Provisória 2.225, de 4 de setembro de 2001, o prazo para essa incorporação foi estendido até a data da publicação da medida provisória.

O que se determinou na gestão do Presidente Edson Vidigal foi o pagamento da diferença do período entre 1998 e 2001, além da incorporação aos vencimentos para os servidores que exerciam função comissionada à época.

Nem todos os servidores do STJ foram beneficiados. A diferença foi recebida somente por quem exerceu função comissionada no período de 1998 a 2001, ou quem tinha parcelas de vantagem de quintos a atualizar.

## *Previdência Complementar*

A realização de estudos para implantação do Fundo de Previdência Complementar do Poder Judiciário foi determinada pelo Presidente Edson Vidigal a uma comissão especial com integrantes do STJ, do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Na primeira etapa, elaborou-se o anteprojeto de lei para instituir o regime de Previdência Complementar e fixar as diretrizes básicas de funcionamento do fundo de pensão.

Na segunda, estruturou-se o plano básico, definindo-se os benefícios que serão oferecidos aos magistrados e aos servidores. Os valores da contribuição serão fixados após avaliação de especialistas em cálculos atuariais.

Na terceira etapa, em 2005, serão entregues o estatuto e o regimento interno do fundo.

O planejamento de criação do fundo prevê a inclusão de funcionários e magistrados do STJ, do Conselho da Justiça Federal (CJF) e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), agregando mais de 22 mil pessoas. Em futuro próximo, pretende-se abranger a Justiça Federal de primeiro grau e as Justiças estaduais. A Previdência Complementar do Judiciário então seria uma dos maiores do País, com rentabilidade assegurada para quem aderir ao plano.

Os órgãos do Judiciário que participarem da composição do Fundo de Previdência Complementar atuarão como patrocinadores. Para cada real com que o servidor contribuir, o órgão público contribuirá com outro. Em todos os órgãos de administração do fundo (conselhos financeiro, deliberativo e consultivo), haverá composição paritária entre representantes dos servidores e dos patrocinadores.

### *Guia do Advogado*

É uma publicação que contém tudo quanto um advogado precisa para operar no STJ. O texto foi encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que o aprovou sem restrições e com elogios à iniciativa. De forma ordenada e clara, o Guia do Advogado informa desde como encontrar vagas no estacionamento, horário dos restaurantes, consulta aos terminais de computador distribuídos pelo complexo do Tribunal e até em que local copiar um processo.



O Guia do Advogado foi lançado em 11 de agosto, Dia do Advogado. A primeira edição contava 1.500 exemplares. A publicação esgotou-se rapidamente. Para a segunda edição, foram impressos mais 1.500. Ao mesmo tempo em que foi lançado, os arquivos do Guia foram disponibilizados na internet. Até o final do mês de dezembro, foram contabilizados 15 mil acessos pela internet para baixar os arquivos (download) do Guia do Advogado.

Em 2005, ainda no primeiro semestre, será impressa e veiculada na internet uma versão mais ampla e atual.

## *Comunicação Social, nova política e nova estrutura*

No final de 2003, um dos pontos mais criticados na pesquisa interna que avaliava a satisfação dos funcionários do STJ foi a ausência, ou a precariedade, de uma política de comunicação institucional. As críticas citavam a comunicação interna notícias, eventos, ações e atividades relevantes e a externa: a comunicação social, que informa a sociedade sobre o STJ, os Ministros e as ações aqui empreendidas.

Em abril de 2004, em seqüência ao trabalho iniciado na gestão do Ministro Nilson Naves, a Comunicação Social do STJ cresceu, organizou-se sob a orientação de uma nova política. Jornalistas aprovados em concurso foram integrados à equipe de Comunicação Social, que ganhou nova estrutura. Sob a orientação de uma Chefia de Comunicação, a nova estrutura abrange o Núcleo Cultural, o Núcleo de Editoria e Imprensa, o Núcleo de Rádio, o Núcleo de TV e o Núcleo de Programação Visual. Ao incluir o Núcleo Cultural no âmbito da Comunicação Social, o objetivo foi o de aproximar o STJ da sociedade com palestras, exposições, lançamento de livros e visitas guiadas, mostrando também a sede do Tribunal, que por si só é uma obra de arte da moderna arquitetura brasileira, assinada por Oscar Niemeyer.

Entre outras ações de melhoria implementadas, criou-se um novo site [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br), que bateu recorde de visitação: mais de 277 milhões de acessos em 2004, média superior a 23 milhões de acessos por mês.

A nova pesquisa de satisfação, em julho de 2004, preparada pela Secretaria de Recursos Humanos, mostrava um novo panorama, agora favorável. A pesquisa concluiu que o corpo de funcionários aprovou com entusiasmo o trabalho desenvolvido sob a nova política de comunicação institucional do STJ, destacando-a como um dos pontos fortes da nova gestão. As notícias positivas ou neutras sobre o STJ, os Ministros e o Presidente nos jornais, revistas e outras publicações de todo o País, reflexo acurado da opinião pública brasileira, atingiram o índice de 99%.

## *Conselho da Justiça Federal, portas abertas e sessões fora de Brasília*

Sob a Presidência do Ministro Edson Vidigal, as sessões do Conselho da Justiça Federal (CJF) passaram a ser realizadas fora de Brasília.

No Distrito Federal, a maioria das sessões era restrita à metrópole. Para que se ampliasse o conhecimento em outros pontos do País e mais brasileiros soubessem das atividades do STJ e do CJF, o Presidente Edson Vidigal determinou que as sessões do Conselho tivessem caráter itinerante.

As sessões ocorreram em São Paulo, Recife, São Luís, Londrina, Mata de São João (Bahia) e Dourados (Mato Grosso do Sul). Em 2005, essa prática prosseguirá.

As sessões do Conselho não são fechadas ao público, mas, como inexistia divulgação, acreditava-se que havia impedimento à participação do público e de representantes de outras instituições.

Antecipando-se à reforma do Judiciário, que proíbe sessões administrativas fechadas, o Presidente Edson Vidigal determinou a abertura, de fato, das sessões do CJF a representantes do Poder Executivo (Ministério da Justiça e Receita Federal), do Poder Legislativo (deputados federais e senadores), do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A imprensa e o público também podem assistir às sessões.

Das sessões do Conselho participam os dez membros: Presidente, Vice-Presidente, Coordenador-Geral, dois Ministros efetivos e os Presidentes dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões. Ainda compõem a mesa o Secretário-Geral, o Chefe do Gabinete da Presidência do Conselho e os convidados a participar pelo Presidente. A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) integra as sessões do Conselho na condição de membro efetivo, mas sem direito a voto.

No ano de 2004, foram levados às sessões do colegiado 120 processos e julgados 92. Essas decisões estão relacionadas com as áreas de Controle Interno, Recursos Humanos, Informática e Orçamento. Editaram-se resoluções, respondeu-se a consultas e recomendações, com a finalidade de uniformizar procedimentos no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

A Presidência do CJF expediu 60 resoluções para disciplinar matérias de aplicação comum ao próprio CJF e à Justiça de primeiro e segundo graus.

Sob a Presidência do Ministro Ari Pargendler, Coordenador-Geral da Justiça Federal, também foram realizadas, mensalmente, as reuniões da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

Essas reuniões foram organizadas pela Coordenação-Geral do CJF e contaram com a participação de juízes representantes dos Tribunais Regionais Federais.

foto: Genvásio Baptista





## *Recursos Humanos*

### *Política de Gestão de Pessoas*

Estudos desenvolvidos pela Secretaria de Recursos Humanos resultaram em uma proposta de Política de Gestão de Pessoas. O texto foi apresentado à administração e aguarda aprovação.

O objetivo é orientar os indivíduos quanto ao seu papel na instituição e fixar parâmetros para a atuação dos gestores e da área de recursos humanos. O alcance da Política de Gestão de Pessoas ultrapassa o ambiente interno na medida em que comunica à sociedade brasileira os princípios institucionais do STJ, suas crenças, valores, intenções e práticas.

### *Nova administração, mudanças estruturais*

O início da gestão do Ministro Edson Vidigal, em 5 de abril de 2004, provocou impacto significativo nas atividades da Secretaria de Recursos Humanos, envolvendo esforço adicional para a execução de variados procedimentos: dispensa, exoneração, nomeação e designação de titulares de cargos em comissão e funções comissionadas e respectivos substitutos.

O mesmo trabalho se fez em relação aos cargos que tiveram a sua nomenclatura alterada, ainda que neles tenham permanecido os titulares. Outra tarefa imediata e relevante foi a mudança de denominação das unidades, provocada pela reestruturação administrativa.

### *Posse de novos funcionários concursados*

O ingresso de 180 servidores aprovados em concurso público demandou esforço adicional no período de recesso (dezembro de 2003) para a recepção de candidatos, prestação de informações, coleta de documentos, lançamento de dados em sistemas informatizados e outros procedimentos. O concurso foi promovido pelo Tribunal em 1999. A vigência encerrou-se em dezembro de 2003.

Em janeiro de 2004, promoveu-se a realização de cursos de ambientação para levar aos empossados informações sobre o Tribunal: funcionamento e a cadeia de valores; direitos e deveres funcionais; programas de assistência médica e de qualidade de vida; noções sobre funcionamento e operação de sistemas informatizados.

A partir de 1º de julho de 2004, ocorreu a posse dos 395 servidores aprovados no concurso público realizado no primeiro semestre. Assim como os concursados de 1999, os novos servidores participaram de curso de ambientação.

Encerrada a fase inicial de capacitação dos recém-empossados, procedeu-se à sua lotação nas unidades.

## *Perfil adequado de pessoal*

Antes do treinamento e definição das áreas de lotação, a Secretaria de Recursos Humanos examinou a tendência de comportamento dos novos servidores para adequar o perfil às necessidades de pessoal das unidades. Foi empregado o Método Quantum, software especializado em análise de tendência comportamental.

## *Nova tabela de lotação de cargos*

A ampliação do quadro de pessoal exigiu a revisão da Tabela de Lotação de Cargos para atingir a meta da administração, que determinou prioridade de atendimento na área-fim, nas unidades que estavam há longo tempo pressionadas pela elevada demanda de serviços.

Com base nessa orientação, dos 517 cargos efetivos providos no período de dezembro de 2003 a julho de 2004, foram destinados 381 à área-fim. A Secretaria Judiciária recebeu 228 servidores, e os Gabinetes dos Ministros, 153.

## *Plano de carreira do Poder Judiciário*

A Secretaria de Recursos Humanos representou o STJ na comissão instituída pelo Supremo Tribunal Federal para a elaboração de proposta de alteração do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário.

Na fase atual, a administração do STJ estuda a minuta do anteprojeto de lei preparado pela comissão. Com base nos resultados desse trabalho, pretende introduzir alterações no texto final, a ser enviado ao Congresso Nacional.

Uma inovação foi a de incluir na redação dispositivo que estabeleça, nos próximos concursos públicos para ingresso nas carreiras judiciárias, etapa específica destinada à formação dos futuros servidores. E também fazer constar no novo plano de carreira a instituição de vantagem destinada a incentivar o aperfeiçoamento e a qualificação profissional (Adicional de Qualificação), que será vinculada à participação em eventos de capacitação.

### *Análise de Potencial e Orientação para a Carreira*

Foi implantada na estrutura administrativa da Secretaria de Recursos Humanos a Seção de Análise de Potencial e Orientação para a Carreira, unidade destinada a prestar aos servidores esclarecimentos importantes no seu desenvolvimento profissional.

A nova área buscou informações em outras entidades para conhecer o funcionamento de setores com atribuições semelhantes. Simultaneamente ao trabalho de orientação aos servidores, a nova seção auxilia as unidades do STJ na seleção de pessoas que irão exercer cargos em comissão e em funções comissionadas, assim como das que serão indicadas para postos de trabalhos específicos.

A escolha é feita com base em critérios estabelecidos em acordo com a unidade solicitante: análise do currículo do servidor, atualizado por meio do Banco de Identificação de Talentos (BIT), disponível no Portal do Servidor na intranet; realização de prova prática; análise de perfil comportamental e entrevista.

A intenção é atender as unidades solicitantes com servidores que possuam os perfis mais próximos às necessidades demandadas.



## *Mais informações para os servidores*

Mais informações da área de Recursos Humanos foram colocadas à disposição por meio do Portal do Servidor na intranet. Em futuro próximo, a meta é viabilizar o acesso externo dos servidores ao Portal e ampliar as informações. Por meio de sistema informatizado, o servidor poderá acompanhar assuntos do seu interesse (processos, requerimentos, solicitações etc.) que dependam de alguma providência da área de pessoal.

Além disso, investiu-se na capacitação da equipe com a realização de cursos sobre legislação de pessoal e na intensificação do uso dos veículos internos de comunicação (intranet, informativos impressos e sistema de som), evitando-se, sempre que possível, a linguagem técnica, formal, própria da área, muitas vezes não compreendida pelo servidor.

## *Gestão por Competências*

Está concluída a definição do perfil de competência dos gerentes do STJ, e o trabalho de identificação de competências foi estendido aos demais servidores. Em nível operacional/executivo no qual estão os servidores sem cargo de direção ou chefia, a definição volta-se para as competências técnicas, ou seja, aquelas que os servidores precisam ter, nas unidades, para desempenhar as suas funções.

Um dos resultados previstos com a implantação desse Projeto é o maior desenvolvimento do corpo funcional. Nas entrevistas com gerentes serão identificadas as competências que se devem possuir para o bom desempenho das atribuições em cada posto de trabalho. O gerente apontará, também, as lacunas de desempenho de cada profissional da sua unidade, ao mesmo tempo que indicará quais são as ações de desenvolvimento necessárias para eliminá-las.

## *Mudanças na avaliação dos servidores*

Em 2004 houve significativa melhoria das ações relacionadas com a Gestão de Desempenho, composta pela avaliação de desempenho funcional e de estágio probatório. Foram introduzidas mudanças nos procedimentos para facilitar a atuação de avaliadores e avaliados, principalmente quanto ao estágio probatório, período em que é preciso acompanhar de perto o desempenho do servidor. A avaliação, nesse caso, busca verificar se o avaliado possui aptidão para ser confirmado no cargo em que foi investido.

Foi implantada nova versão do sistema informatizado, tendo sido eliminados instrumentos impressos e adotados documentos eletrônicos com acesso às informações por meio de senhas de segurança. Houve mudanças também para conferir maior objetividade aos itens dos formulários que compõem a Gestão de Desempenho.

## *Qualidade de Vida*

Em parceria com a Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça (ASSTJ), foram incluídas mais modalidades no Programa Qualidade de Vida: aiki-dô, tai-chi-chuan, dança de salão e capoeira.

Maior número de servidores aderiu ao programa, especialmente após a adoção do regime de trabalho em dois turnos.

A ginástica laboral, um dos serviços oferecidos, foi estendida a mais dez unidades, com a participação de setenta pessoas em média. Outros eventos expressivos da agenda Qualidade de Vida foram o Torneio Aberto de Tênis dos Tribunais Superiores, as apresentações do coral Corte em Canto e os encontros do Projeto Sexta-Viva.



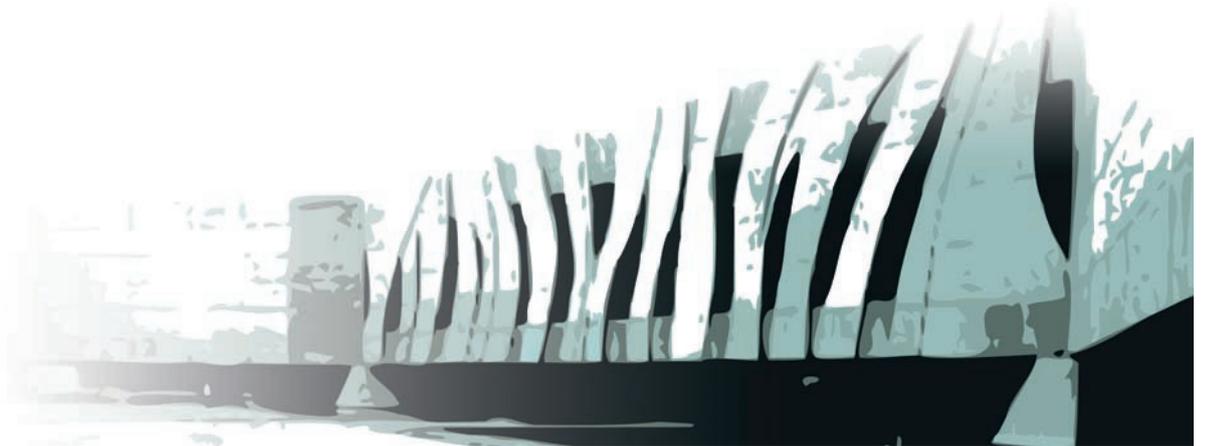
Palestras e eventos de capacitação do Projeto Saúde Financeira transmitiram aos servidores conhecimento sobre organização e administração de finanças pessoais.

## *Comprometimento social do STJ*

Projetos de alcance social também mereceram a atenção da área de Recursos Humanos: 1) Projeto Inclusão Digital, que ensina noções básicas de informática ao pessoal terceirizado; 2) Programa de Escolarização, destinado a servidores e terceirizados; 3) Projeto STJ Ambiental, de reciclagem de lixo, para conscientizar funcionários e visitantes sobre a necessidade e importância do tratamento de resíduos e da economia no consumo de materiais; 4) Projeto Voluntariado, que incentiva a participação de servidores, magistrados, aposentados e membros da sociedade em atividades promovidas pelo Tribunal; 5) Programa de Estágio não-Remunerado, já na segunda edição, que oferece oportunidade a estudantes de Direito de todo o País para que conheçam de perto a estrutura e o funcionamento do STJ.



# *Anexos*





# *Gabinete da Presidência*

## *Secretaria do Gabinete*

A Secretaria do Gabinete da Presidência apoiou o trabalho da Assessoria Especial da Presidência, respondendo pelo trâmite dos feitos submetidos ao Presidente Edson Vidigal e por sua distribuição para análise dos assessores.

De janeiro a dezembro de 2004, tramitaram pelo Gabinete da Presidência 5.477 feitos, assim como 244 ofícios remetidos ao Supremo Tribunal Federal contendo informações processuais.

A Secretaria também trabalhou na preparação, classificação de documentos e revisão de textos oficiais e normativos da Secretaria do Tribunal, de outras unidades do STJ e do Conselho da Justiça Federal, assim como cuidou da agenda dos compromissos oficiais, entrevistas e audiências do Presidente.

Estão subordinadas à Secretaria do Gabinete da Presidência, entre outras unidades, a Secretaria Judiciária, a Assessoria de Relações Internacionais e a Assessoria de Assuntos Parlamentares.

## *Secretaria Judiciária*

### *Encaminhamento mais ágil às Cortes de origem*

Em 2004, foram encaminhados em 24 horas, no máximo, os feitos julgados, em grau de recurso, pelo STJ, de volta às Cortes de origem, para os Estados que dispõem de malotes diários.

Para os Estados que contam com malotes em dias alternados, o prazo foi de 48 horas. O encaminhamento, assim como o recebimento de malotes de processos, faz-se por intermédio de convênio com os Correios.

### *Rapidez na postagem*

A remessa das publicações do Tribunal e de quaisquer outros papéis e impressos que a Corte necessite expedir por via postal atingiu a marca de 160.166 correspondências e 6.441 encomendas Sedex. Todas as correspondências recebidas até às 15 horas foram postadas no mesmo dia. As demais, no prazo máximo de 24 horas.

### *Melhor atendimento a advogados*

Foram realizados em média cem atendimentos pessoais e cem atendimentos telefônicos por dia. O atendimento aos advogados, às partes e aos interessados envolve informações relativas à distribuição e tramitação dos processos; procedimentos e serviços prestados no balcão, por telefone ou por escrito, com o fornecimento do andamento processual em slip impresso; lista de processos vinculados a um determinado advogado; expedição de certidões e quaisquer outras informações que facilitem o acesso à Justiça.

Em 2004, a Secretaria Judiciária fez tramitar 162.943 petições no prazo máximo de 24 horas após o recebimento. Em média, foram 700 petições recebidas a cada dia útil, por meio de papel, fax ou e-mail.

Doze terminais de auto-atendimento, previamente testados e aprovados, foram instalados em pontos estratégicos do Tribunal. A localização foi definida em função do fluxo de pessoas e da proximidade dos órgãos julgadores e do Plenário, facilitando o acesso do usuário às informações institucionais e processuais.

Foram atendidos 7.369 advogados na Seção de Apoio aos Advogados. Nessa Seção de Apoio, os profissionais têm à disposição uma bem montada infraestrutura para realizar o seu trabalho, como se estivessem num posto avançado do seu escritório. É livre o acesso aos microcomputadores. O uso de fax e telefone também é facilitado, mas em ligações a cobrar.

### *Recorde na distribuição de processos*

Em 2004, foram julgados 241.309 processos, recebidos 165.594 e atuados 197.441. Foram distribuídos 242.011, aí incluídos os redistribuídos e atribuídos. A diferença a mais nos processos distribuídos ocorreu, em comparação aos originários, porque estes são interpostos diretamente no STJ, assim como os recursos incidentes e o passivo existente. A meta de colocar o serviço em dia foi alcançada. A Secretaria Judiciária atualmente trabalha com os processos recebidos no dia. Para atingir esse objetivo, o setor foi reestruturado com a divisão da Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento por área de especialização e com a adoção de nova metodologia de trabalho, inclusive com a ampliação da distribuição diária de processos, que hoje ocorre três vezes ao dia.

Se antes havia um acervo de 45 mil processos nos depósitos da Secretaria Judiciária, atualmente a tramitação dos feitos é mais célere até chegarem à

distribuição, sem o auxílio de serviço extraordinário. O procedimento de autuação, classificação e distribuição dos processos de competência originária do STJ manteve sua Certificação de acordo com a Norma ISO 9001/2000.

### *Precatórios pagos e pendentes*

Foram processados, expedidos e pagos três precatórios que somaram a quantia de R\$ 911.324,55.

Dos precatórios inscritos no orçamento do exercício, ficaram pendentes de pagamento os de número 95 e 96, e os de número 100 ao 103, visto que estão em fase de diligência requerida pelo Ministério Público Federal. Os valores requisitados importam no montante de R\$ 1.401.946,38, sem a atualização monetária prevista no art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

### *Projeto de transmissão ao vivo das sessões de julgamento*

A Secretaria Judiciária participou da elaboração do projeto de transmissão das sessões de julgamento por meio da digitalização de som e imagem. A licitação foi realizada em 7 de dezembro de 2004. O projeto deverá ser implantado no primeiro semestre de 2005.

### *Maior produtividade na Taquigrafia*

A Secretaria de Taquigrafia produziu 1.200 fitas magnéticas, perfazendo 5.400 horas de gravação, entre sessões ordinárias e extraordinárias, bem como outros eventos correlacionados ao STJ.

A gravação simultânea de todas as sessões de julgamento e de outros eventos totalizou 13 gigabytes de áudio digitalizado. Foram gravados e digitalizados 871 cd rom e 107 dvd.

A produção de notas taquigráficas atingiu o equivalente a 51.345 folhas.

### *Economia na remessa de mensagens*

Foram transmitidos 8.878 telegramas pelo sistema eletrônico de envio de mensagem, entregues a seus destinatários em todo o País, por intermédio de convênio com os Correios.

Em passado recente, as comunicações oficiais eram transmitidas por telex, método antiquado e caro. Após a mudança da forma de remessa da documentação para telegrama, via internet, a transmissão de mensagens trouxe uma substancial economia de tempo e dinheiro.

### *Intimações e citações*

O Superior Tribunal de Justiça conta com três oficiais de justiça que realizaram 11.420 intimações e 256 citações em 2004. Esses oficiais recebem ajuda de custo apenas para gastos de combustível, já que as diligências são feitas em carro particular.

### *Acesso ao Bacen Jud*

Dois servidores da Secretaria Judiciária integraram a comissão responsável pelos ajustes, entre o Banco Central e o Poder Judiciário, do sistema Bacen Jud, que consiste na solicitação de informações, via internet, para facilitar o acesso ao Sistema Financeiro Nacional.

De posse de uma senha previamente cadastrada, o magistrado preenche um formulário na internet, solicitando as informações necessárias ao processo. O Bacen Jud, então, repassa automaticamente as ordens judiciais aos bancos, diminuindo o tempo de tramitação. No trânsito das informações entre a Justiça, o Banco Central e as instituições financeiras, será garantida máxima segurança com a utilização de sofisticada tecnologia de criptografia de dados.

Serão substancialmente reduzidos os custos com recursos humanos e materiais no processamento manual de mais de 600 ofícios enviados diariamente pelo Judiciário.

### *Integração do Poder Judiciário*

Organizado pela Secretaria Judiciária, em agosto de 2004 foi realizado o Encontro com os Tribunais de Justiça e com os Tribunais Regionais Federais para promover a integração do Poder Judiciário.

Nesse encontro, discutiu-se a uniformização de procedimentos, a criação de indicadores de desempenho e a obtenção de dados estatísticos gerenciais que propiciem a compilação de informações mais acuradas sobre o desempenho e atuação do Poder Judiciário.

### *Curso de Práticas Cartorárias*

Em conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos, foi realizado o primeiro Curso de Práticas Cartorárias, quando se explicou como e onde o servidor da Secretaria Judiciária integra a Cadeia de Valores do STJ. A intenção foi conscientizar o servidor da relevância da prestação jurisdicional em todas as suas etapas. O objetivo é homogeneizar o conhecimento dos procedimentos cartorários pelos servidores da Secretaria Judiciária.

## *Ciclo de Palestras Jurídicas*

A Secretaria Judiciária organizou palestras dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, especialmente para os servidores. Assim, eles tiveram a oportunidade de conhecer mais e melhor a produção intelectual e a jurisprudência que se reflete no pensamento dos Ministros.

## *Secretaria de Jurisprudência*

### *Produção da Secretaria de Jurisprudência*

Em 2004, a produção da Secretaria de Jurisprudência pode ser assim resumida:

61.129 acórdãos inseridos na base de dados (26.271 principais e 34.858 sucessivos), além de 206.145 decisões monocráticas;

19.887 pesquisas realizadas:

-15.925 enviadas por e-mail

-1.575 solicitadas por gabinetes;

-1.683 solicitadas por advogados;

-704 realizadas por fax, telefone, carta etc

26.465 acórdãos analisados (5.176 acórdãos indexados, 15.744 com triagem diferenciada e 5.545 com ementa satisfativa);

16.249 acórdãos revisados;

2.357 e-mails recebidos/respondidos, excetuados os de solicitação de pesquisa.

O número de solicitações feitas diretamente à Seção de Pesquisa de Jurisprudência não aumentou em período recente, depois dos investimentos realizados na melhoria de pesquisas on-line. Ainda assim, o número de pesquisas realizadas em 2004 superou o desempenho dos dois anos anteriores.

### *Quadro Comparativo 2002 a 2004*

	2002	2003	2004
Acórdãos inseridos na base de dados	56.476	51.812	61.129
Decisões monocráticas publicadas	177.654	191.180	206.145
Acórdãos analisados	16.993	17.304	26.465
Pesquisas realizadas	18.589	17.690	19.887
Pesquisas por e-mail	13.513	13.083	15.925
Outros e-mails respondidos (Fale Conosco)	3.397	2.728	2.357

O objetivo é diminuir ao máximo a dependência do usuário, interno ou externo, colocando à sua disposição uma página de pesquisa ágil e fácil, que pode ser acessada a qualquer hora do dia ou da noite.

Assim, os pesquisadores disporão de mais tempo para buscar inovações, o que trará maior qualidade nas respostas das solicitações recebidas pessoalmente, por e-mail, telefone, fax ou carta, sem contar que se trata de um serviço diferenciado e de alto nível.

### *Página nova de pesquisa na intranet/internet*

Em resposta à pesquisa de opinião com mais de 3.000 usuários realizada no período de 3 a 28 de novembro de 2003, foi lançada, em fevereiro de 2004, uma nova página de pesquisa na internet/intranet.

As mudanças buscaram facilitar o acesso ao banco de dados de jurisprudência do STJ, o que redundou no crescimento do número de acessos ao site, que já está ampliando-se de forma notável.

A nova página foi elaborada com vistas ao aperfeiçoamento da pesquisa virtual. Além das inovações e facilidades implantadas, o usuário dispõe, ainda, na própria página, do SOS Pesquisa, com orientações de como melhor utilizá-la.

### *Tabela de acessos ao site do STJ/acessos à Jurisprudência em 2004*

Mês	Total de Acessos ao Site	Acesso à Jurisprudência
Janeiro	15.182.598	3.873.600
Fevereiro	18.378.912	4.904.347
Março	29.377.715	4.750.458
Abril	21.864.121	3.837.556
Maiο	26.825.247	4.640.673
Junho	25.077.450	5.159.330
Julho	17.159.676	4.596.633
Agosto	16.521.308	3.806.062
Setembro	18.776.308	4.032.525
Outubro	26.793.092	4.034.525
Novembro	33.556.616	5.405.831
Dezembro	28.142.420	3.616.927

### *Curso de Pesquisa de Jurisprudência*

Por iniciativa da Seção de Pesquisa de Jurisprudência, com o apoio da Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, foi realizado o 2o Curso de Pesquisa de Jurisprudência, que capacitou servidores para a pesquisa de informações jurisprudenciais, além de habilitá-los a utilizar as ferramentas de pesquisa de jurisprudência. Foi ministrado em duas etapas, no primeiro e segundo semestres. O Laboratório de Informática, local onde são realizados os cursos, foi ampliado, passando a contar com 18 microcomputadores.

## *Jurisprudência Comparada*

A página de Jurisprudência Comparada conta com 222 temas, já computados 21 temas inseridos em 2004. Foram atualizados 201 documentos, sendo de se destacar que, no mês de novembro, 75% do total dos documentos ficaram indisponíveis, com o objetivo de atualização ou substituição, já que alguns temas estão superados.

A indisponibilidade, no entanto, não causou grandes transtornos ou prejuízos para os usuários, pois, sempre que consultada, a seção responsável atendeu prontamente as solicitações.

Comprova a importância do trabalho de análise comparativa o fato de que documentos trabalhados pela Seção de Análise Comparativa foram citados em votos proferidos pela Ministra Eliana Calmon no AERESP 478155/PR e no RESP 586394/RJ e pela Ministra Denise Arruda na decisão monocrática exarada no AG 602034/RS.

A tendência é o aprimoramento dos serviços de análise comparativa, já que esta Seção está ampliando o número de servidores. Os objetivos são o aumento de acessos diários aos documentos disponibilizados na intranet/internet, a elaboração periódica de informativos com temas atualizados para distribuição interna e o estudo da possibilidade de divulgação de temas através de outros canais, como revistas, jornais etc.

## *Padronização de siglas*

Em 2004, foi possível a padronização das siglas (classes e subclasses processuais). Anteriormente, três áreas no STJ usavam siglas diferentes (Secretaria Judiciária, Gabinete do Ministro Diretor da Revista e Secretaria de Jurisprudência).

Um agravo regimental no agravo regimental no agravo de instrumento, por exemplo, era registrado na base de dados da jurisprudência como AGRAGA. Atualmente, temos a seguinte abreviatura, de mais fácil compreensão: AgRg no AgRg no Ag.

### *Mapa de Produção - Análise de Acórdãos*

Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Indexados	300	591	636	369	611	637
Triagem diferenciada	712	1.143	1.521	1.156	1.156	1.402
Vide ementa	207	308	717	328	557	411
Total	1.219	2.042	2.874	1.853	2.324	2.450

Meses	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Indexados	358	358	462	317	393	144	5.176
Triagem diferenciada	1.341	1.472	1.955	1.470	1.804	612	15.744
Vide ementa	357	575	620	528	585	352	5.545
Total	2.056	2.405	3.037	2.315	2.782	1.108	26.465

*Total de acórdãos processados (Indexados + TDs + VEs)*

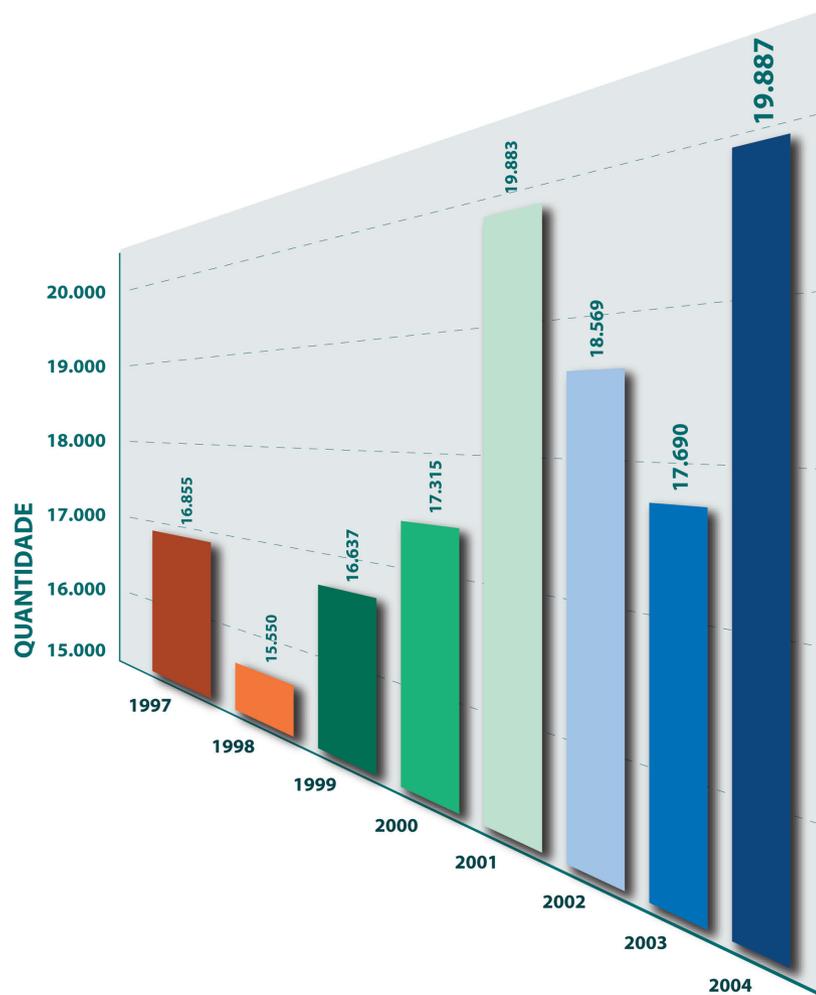
*Total de acórdãos analisados (Indexados + TDs)*

### *Total de Pesquisas Realizadas*

Mês	Quantidade de pesquisas	Gabinetes	Advogados	e-mail	Outros
*Janeiro	725	25	67	610	23
Fevereiro	1.327	170	113	1.009	35
Março	2.026	156	138	1.650	82
Abril	1.482	111	142	1.174	55
Maio	1.976	165	176	1.570	65
Junho	1.866	156	181	1.480	49
*Julho	1.345	84	125	1.047	89
Agosto	2.208	167	172	1.820	49
Setembro	2.168	149	149	1.749	121
Outubro	1.864	126	164	1.506	68
Novembro	1.988	189	186	1.567	46
Dezembro	912	77	70	743	22
<b>Total</b>	<b>19.887</b>	<b>1.575</b>	<b>1.683</b>	<b>15.925</b>	<b>704</b>

\*Nota explicativa: Os meses de janeiro, julho e dezembro são considerados atípicos, em virtude do recesso regimental e das férias coletivas dos Senhores Ministros.

### Quadro Comparativo de Pesquisas, Por Ano



## *Assessoria de Assuntos Parlamentares*

### *Emenda Constitucional Nº 45*

O Presidente Edson Vidigal definiu as diretrizes estratégicas acerca da participação da Assessoria de Assuntos Parlamentares no encaminhamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 29, que tratava da reforma do Poder Judiciário nas duas Casas Legislativas.

Além disso, o Presidente coordenou o Grupo de Trabalho no STJ e efetuou contatos com membros do Legislativo, inclusive com os Presidentes das Casas e com o relator da matéria, objetivando a aprovação, assim como também defendeu as teses originárias do STJ por meio dos veículos de comunicação e segmentos representativos da sociedade.

A Assessoria atuou como elo entre o STJ e o Congresso, auxiliando nos esclarecimentos das prioridades e articulação com parlamentares.

A PEC 29/2000, aprovada com alterações, resultou na promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04 pelo Congresso Nacional.

### *Lei Orçamentária Anual*

O Presidente Edson Vidigal, com o suporte da Secretaria do Tribunal, definiu as diretrizes estratégicas a respeito da atuação da Assessoria de Assuntos Parlamentares no encaminhamento das negociações sobre o Orçamento do STJ no Congresso Nacional. Fez contatos com os Presidentes das Casas, com o Relator da matéria e com o Relator Setorial visando à aprovação.

A Assessoria trabalhou junto ao Congresso, auxiliando nos esclarecimentos das prioridades e articulando com os parlamentares. Foi sancionada a Lei nº

11.100/2005, Lei Orçamentária Anual, da qual constam as dotações orçamentárias previstas para o STJ no exercício de 2005.

### *Gratificação de Atividade Judiciária*

O Presidente Edson Vidigal, com o apoio da Secretaria do Tribunal, definiu a estratégia para a participação da Assessoria de Assuntos Parlamentares no encaminhamento das negociações sobre o aumento da GAJ junto ao Congresso Nacional. Foram realizados contatos com os Presidentes das Casas e com o Relator da matéria para conseguir a aprovação.

A Assessoria atuou junto a deputados federais e senadores auxiliando nos esclarecimentos das prioridades e promovendo a articulação com os parlamentares.

Foi sancionada a Lei nº 10.944/04, que elevou em 30% os vencimentos básicos dos servidores.

## *Assessoria de Relações Internacionais*

As atividades da Assessoria de Relações Internacionais tiveram início logo após a posse do Presidente Edson Vidigal, em 5 de abril de 2004.

### *Audiências*

#### **6 de abril**

Audiência com Ministro Roberto Diaz Sotolongo, Ministro da Justiça de Cuba, e com o Embaixador de Cuba, dr. Pedro Juan Mosqueira.

#### **19 de agosto**

Audiência com o Vice-Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, dr. Mauricio Herdocia Sacasa.

#### **25 de agosto**

Audiência com o Presidente da Corte Suprema de Justiça da República do Paraguai, dr. Víctor Manuel Nuñez Rodriguez.

#### **26 de agosto**

Audiência com o Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, Juan Colombo Campbell, acompanhado do Professor Massimo Vari, Vice-Presidente Emérito da Corte Constitucional Italiana e Professor da Universidade Livre Maria Santíssima da Assunção (LUMSA/Roma).

## **28 de setembro**

Audiência com o dr. Guy Canivet, Presidente da Corte de Cassação da França, com a dra. Brigitte Maurin, Presidente do Ministério Público da Justiça da França, e com o dr. Alan Siberchicot, Adido de Cooperação da Embaixada da França, e com o Ministro Ari Pargendler, do Superior Tribunal de Justiça e Coordenador-Geral da Justiça Federal.

## **25 de outubro**

Audiência com o dr. Leandro Despouy, Relator Especial da ONU sobre Independência de Juízes e de Advogados.

## **22 de novembro**

Audiência com o Presidente da Comissão Australiana de Reforma do Judiciário, dr. David Weisbrot, com o Consultor Internacional de Justiça do Banco Mundial, dr. Robert Sherwood, e com a Presidente do Instituto Nacional de Qualidade Judiciária, dra. Elizabeth Leão.

## **7 de dezembro**

Audiência com o Embaixador Britânico, dr. Peter Collecott.

## *Eventos*

### **3 a 5 de maio**

Evento: V Reunião Preparatória da VIII Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça e IV Encontro de Presidentes de Conselhos da Magistratura

Local: La Antigua - Guatemala

Por designação do Presidente Edson Vidigal, a Assessoria de Relações Internacionais participou da V Reunião de Cúpulas - Encontros.

Os resultados dessa reunião preparatória foram apresentados no mês seguinte, por ocasião do Encontro dos Presidentes de Cortes Supremas e Conselhos de Justiça, ocorrido em Honduras e em El Salvador.

### **6 a 9 de junho**

Evento: Fórum Global de Juízes 2004/ Fórum de Insolvência Latino-Americano

Local: Rio de Janeiro – Brasil

Este evento fez parte dos foros globais e regionais do Banco Mundial, destinados a promover o diálogo internacional sobre as melhores práticas nas áreas de insolvência e de direitos dos credores.

O Superior Tribunal de Justiça foi representado pelo presidente Edson Vidigal.

### **9 a 11 de junho**

Evento: II Encontro Internacional “Justiça e Direito 2004”

Local: Havana – Cuba

O Presidente Edson Vidigal participou do evento.

### **20 a 25 de junho**

Evento: VIII Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Supremos de Justiça e do IV Encontro Ibero-americano de Conselhos da Magistratura

Locais: Copán – Honduras e San Salvador – El Salvador

O Presidente Edson Vidigal participou do evento. No início, esses eventos ocorriam separadamente, mas, durante as reuniões de Honduras e El Salvador, foi concretizada a fusão, passando a chamar-se Cúpula Judicial Ibero-americana.

### **11 de agosto**

Evento: Ato de entrega do Palácio de Justiça da Corte Superior do Distrito de Pando

Local: Cobija – Bolívia

O Presidente Edson Vidigal compareceu à inauguração, a convite da Presidência da Corte Suprema de Justiça da Bolívia.

### **27 de setembro**

Evento: Seminário sobre o Bicentenário do Código Civil Francês

Local: Brasília – Brasil

O Presidente Edson Vidigal fez a conferência de abertura, no auditório do STJ. Este seminário foi organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

**27 e 28 de outubro**

Evento: Conferência extraordinária dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de Língua Portuguesa  
Local: Lisboa – Portugal

O Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho representou o STJ por designação do Presidente Edson Vidigal.

**27 a 29 de outubro**

Evento: Reunião Constitutiva da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial  
Local: Cartagena de Índias – Colômbia

O Ministro Humberto Gomes de Barros representou o STJ por designação do Presidente Edson Vidigal.

**2 a 5 de novembro**

Evento: II Study Tour sobre a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Internacional e contra a Corrupção  
Local: Lisboa – Portugal

Este evento foi uma organização conjunta do Escritório da ONU contra Drogas e Crime (UNDOC) e do Ministério da Justiça de Portugal/Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação (GRIEC).

O Ministro Hamilton Carvalhido representou o STJ por designação do Presidente Edson Vidigal.

**2 a 5 de novembro**

Evento: IX Congresso Internacional do CLAD sobre Reforma do Estado e da Administração Pública

Local: Madri – Espanha

O Presidente Edson Vidigal participou do evento, organizado pelo Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

**15 e 16 de novembro**

Evento: Fórum Global de Juízes 2004

Local: Washington, DC – Estados Unidos

O Ministro Antônio de Pádua Ribeiro representou o STJ por designação do Presidente Edson Vidigal.

**22 a 30 de novembro**

Evento: Encontro de Informação e Documentação Judicial da Ibero-América

Local: San Sebastian – Espanha

O Ministro Cesar Asfor Rocha participou do encontro por designação do Presidente Edson Vidigal.

**25 e 26 de novembro**

Evento: II Seminário Interamericano sobre Gênero e Justiça

Local: San Pedro Sula – Honduras

A Ministra Eliana Calmon representou o STJ por designação do Presidente Edson Vidigal.

**25 e 26 de novembro**

Evento: I Encontro sobre Reforma Judiciária na América do Sul

Local: Brasília – Brasil

Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil organizou o evento, que atingiu plenamente o objetivo de ser o ponto de partida para a formação de um bloco do Judiciário sul-americano.

**6 a 10 de dezembro**

Evento: Armas de Fogo na América Latina e Caribe: Curso para Formação de Redes de ONGs e Parlamentares

Local: Brasília – Brasil

Em parceria com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (UN-LIREC/ONU), o Superior Tribunal de Justiça colocou a sua estrutura física à disposição para realizar este curso, especialmente dirigido a organizações não-governamentais.

## *Planejamento Estratégico*

O Planejamento Estratégico foi implantado no segundo semestre de 2004, com a posse da nova administração, quando foram aprovados e divulgados os projetos e metas para o biênio 2004/2006. Esse trabalho é realizado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico, da Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística, vinculada ao Gabinete do Diretor-Geral.

### *Índice de Satisfação do Usuário*

A meta de atingir 90% de satisfação do usuário externo até novembro de 2005 será mensurada somente a partir do início de 2005, período previsto para divulgação de um questionário específico na internet.

### *Número de projetos de cidadania implantados*

A meta era implementar dois projetos novos de cidadania até novembro de 2005, mas o resultado foi ainda melhor. Três projetos foram iniciados já em 2004: 1) Voluntariado; 2) Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais – aqui incluídos os idosos; e 3) STJ Ambiental.

### *Índice de adequação do orçamento aos projetos estratégicos*

A meta de garantir, anualmente, 100% de recursos para os projetos estratégicos foi plenamente alcançada. Os 35 projetos foram contemplados em suas necessidades orçamentárias para 2004.

### *Índice de incremento orçamentário*

Obter 5% de incremento de recursos da União e 15% de recursos externos até dezembro de 2004 foi a meta proposta. Sem contar os recursos externos, o índice alcançado superou as expectativas: 6,9%.

### *Índice de aplicação dos recursos orçamentários*

A meta proposta de aplicar 99% dos recursos orçamentários ao final do exercício foi alcançada com êxito. O índice apurado foi de 99,5%.

### *Índice de otimização dos recursos financeiros*

Economizar 3% dos recursos financeiros ao final do exercício foi a meta proposta para esse indicador. O esforço dos envolvidos garantiu a economia de 5,49% de recursos na renovação dos contratos de prestação de serviços, os quais foram reaplicados em outras áreas e atividades mais urgentes.

### *Prazo médio de tramitação*

O empenho do STJ foi direcionado ao alcance da meta de tramitar os processos recursais em 180 dias, em média, e os processos originários em 90 dias, em média, até novembro de 2005. Entretanto, devido a dificuldades na forma de apuração dos dados estatísticos desse indicador, não foi possível mensurá-lo em 2004.

## *Índice de produtividade*

A meta proposta para esse indicador foi aumentar a produtividade (produção x pessoas envolvidas) em 30% até novembro de 2005. Tendo em vista algumas dificuldades encontradas no levantamento do número de pessoas envolvidas, optou-se por mensurar, em 2004, apenas a produção. O número de processos julgados aumentou 11% em comparação com 2003.

Considerando-se que não há parâmetros para comparação de dados e, ainda, que os projetos com maior impacto no resultado dessa meta ainda estão em fase inicial de implantação, o resultado aferido foi considerado muito bom.

## *Quantitativo de processos em tramitação*

A meta traçada para esse indicador foi reduzir em 50% o número de processos em tramitação até novembro de 2005.

Considerando-se que, em julho de 2004, o quantitativo era de 170 mil processos e que, em 15 de dezembro de 2004, esse número era de 174 mil em tramitação, verifica-se que a meta não foi alcançada. Ressalta-se, porém, que os projetos com maior impacto no resultado dessa meta ainda estão em fase inicial de implantação.

## *Número de sistemas interligados*

A meta é interligar dois sistemas de informações por ano entre os órgãos do Poder Judiciário. As ações do projeto afim estão sendo realizadas com agilidade e empenho para que os primeiros sistemas estejam interligados até fevereiro de 2005. Essa meta foi traçada somente em setembro de 2004.

## *Índice de impacto das ações de treinamento e desenvolvimento*

Foi proposta meta de aumentar em 20% o impacto das ações de Treinamento e Desenvolvimento até novembro de 2005. Não havia parâmetros de comparação, mas a melhoria no desempenho do servidor foi significativa: 79%.

## *Horas de treinamento por servidor*

O STJ empenhou-se em alcançar a meta de treinar 20 horas por servidor, em média, por ano. No entanto essa média já foi superada. Foram realizadas, aproximadamente, 30 horas de treinamento por servidor, em média, no ano de 2004. A intenção da Secretaria de Recursos Humanos é capacitar todos os servidores. Cada servidor teria, no mínimo, 20 horas de treinamento por ano.

## *Índice de projetos estratégicos implementados*

A meta proposta foi implementar 100% dos projetos estratégicos nos prazos estabelecidos pelo cronograma. Até dezembro de 2004, o índice alcançado foi de 93,7% de projetos em implementação nos prazos previstos.

## *Índice de satisfação do servidor*

A meta traçada foi obter 80% de satisfação do servidor com o clima organizacional até novembro de 2005. Com a aplicação da pesquisa, verificou-se que, já em novembro de 2004, os servidores encontram-se muito satisfeitos com o STJ. O índice apurado de satisfação foi de 75,5%.

# **Superior Tribunal de Justiça**

## **Relatório de Atividades 2004**

### **Gabinete da Presidência**

Shyrlei Maria de Lima, Secretária-Geral da Presidência

### **Secretaria do Tribunal**

Alcides Diniz da Silva, Diretor-Geral

### **Edição Relatório de Atividades STJ 2004**

Alceu Nogueira da Gama, Editor

### **Programação Visual**

Núcleo de Programação Visual da Assessoria de Comunicação Social

Taís Vilela, Coordenação

Virgílio Ataíde, Criação

### **Fotografia**

Jorge Campos, Gervásio Baptista e Orlando Brito

### **Gravação de Entrevistas**

Núcleo de Rádio da Assessoria de Comunicação Social

Vinicius Cadete, Edson Vitorino

### **Taquigrafia**

Valéria Aparecida Soares de Almeida, Subsecretária

Simone Cardoso Fontinele, Chefe de Seção

Guilherme Mendonça Tufenkjian, Chefe da Seção de Multimídia

### **Modelo de Texto Edição Preliminar**

Maria de Lourdes da Costa e Silva

### **Revisão de Texto**

Judite Amaral de Medeiros Vieira, Gabinete da Presidência

Mari Lúcia Del Fiaco, Reginaldo da Silva França, Núcleo de Editoria e Imprensa da

Assessoria de Comunicação Social







